



## Um alerta para a educação



Crédito: Mary Gober

As taxas de reprovação no Ensino Fundamental aumentaram consideravelmente na região em que se instalou a hidrelétrica de Belo Monte, e as taxas de abandono já apresentam piora em alguns municípios, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os cinco municípios na área de influência direta (AID), que vinham diminuindo a reprovação desde 2007, acumulam agora um crescimento de 40,5% entre 2011 e 2013,

período que coincide com a instalação da usina. A AID é composta por Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

É uma piora acentuada, mesmo no contexto paraense, que tradicionalmente apresenta indicadores negativos para a educação. No entanto, o aumento total do estado para o mesmo período é bem menor, de 7,7%.

Um quadro adverso no Ensino Fundamental também chama atenção se levado em conta o cenário brasileiro. Influências demográficas, tais como o envelhecimento populacional, e programas sociais como o Bolsa Família, que atrelam o benefício ao rendimento escolar das crianças, favorecem a melhora dos indicadores. De fato, o saldo nacional no mesmo período é um recuo de 14,3% nas taxas de reprovação.

Sintomaticamente, a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) regrediu 0,3 ponto no mesmo período para os anos iniciais e 0,4 para os anos finais. Um dos indicadores que compõem o IDEB é a aprovação.

O que poderia explicar o destino de tantos alunos que não conseguem passar de ano? Ainda é preciso aprofundar a coleta de dados e o Projeto *Indicadores de Belo Monte* pretende realizar pesquisa com grupos focais, o que significa ouvir os próprios jovens da região. Mas o fato de que uma variação tão assinalada começa em 2011 leva a crer que o problema possa estar atrelado às novas dinâmicas trazidas pelo empreendimento. Desestruturação familiar e rotatividade de

professores – que, atraídos por melhores oportunidades, deixam o magistério – são exemplos de hipóteses plausíveis. O crescimento mais acentuado no período 2011-2013 foi conferido em Anapu (125,7%) seguido por Altamira (81,7%), a principal cidade da AID.

## Abandono escolar

Reprovação e abandono são indicadores que andam juntos. Não apenas porque o mau resultado pode desestimular a continuidade dos estudos, mas também porque, muitas vezes, o aluno que já abandonou a escola segue matriculado e é computado como reprovado.

Os dados oficiais de abandono no Ensino Fundamental para o conjunto da AID, segundo o INEP, resultam em diminuição de 7,1%, um resultado positivo. No entanto, Altamira e Senador José Porfírio, que vinham melhorando suas marcas desde 2007, voltaram a apresentar crescimento a partir de 2011, em 57% e 34,6%, respectivamente.

## Ensino Médio

A taxa de reprovação no ensino médio para o conjunto da AID apresenta uma piora mais modesta, de 3,4% entre 2011 e 2013. Entretanto, ao adicionarmos o ano de 2010 como partida, o crescimento da reprovação salta para 73,5%.

O abandono foi de 10,6% no período 2011-2013. A taxa mais recente (20,5) é maior que a do estado do Pará (17,9) e da Região Norte (11,9) e mais que o dobro da marca nacional (8,8). Tanto o Pará, quanto a Região Norte e o Brasil vêm reduzindo os índices de abandono no ensino médio desde 2008.

Essa faixa etária é especialmente sensível à concorrência do trabalho, em detrimento dos estudos. É possível que o aquecimento econômico experimentado pela região, com aumento das ofertas de emprego e renda para jovens, esteja associado ao abandono do ensino médio.

O agravamento do desempenho do território em educação representa perdas para o desenvolvimento de capital humano. Com isso, a tendência é aumentar a dependência em relação às oportunidades econômicas que a instalação de Belo Monte representa. Essas oportunidades, contudo, são cíclicas e a falta de perspectiva de longo prazo tem potencial de aumentar a desigualdade e outros problemas sociais.

A análise completa e detalhada sobre esses e outros dados de educação para a região do Xingu pode ser acessada em [indicadoresdebelomonte.com.br](http://indicadoresdebelomonte.com.br).

## Linhas cruzadas

Uma das etapas mais importantes do processo de pesquisa do *Indicadores de Belo Monte* é a de comparar os dados levantados em documentos oficiais com as percepções das pessoas que vivem e atuam na região. Algumas vezes, esses dois testemunhos revelam visões complementares da realidade.

Foi o que aconteceu com o assunto da suficiência de vagas para o ensino fundamental nos municípios da Área de Influências Direta (AID) de Belo Monte. Por força das condicionantes 2.11, 2.12 e 2.13 da Licença de Instalação (LI), o empreendedor deve construir equipamentos escolares de modo a evitar a falta de vagas em todos os níveis de ensino.

Segundo os relatórios semestrais da Norte Energia, apesar de um recorrente déficit no ensino infantil – o serviço de educação menos universalizado do Brasil – o superávit para o ensino fundamental é mais que confortável em toda a AID. Altamira, por exemplo, chega a registrar 2.646 vagas ociosas em maio deste ano.

Entretanto, relatos preliminares colhidos pela nossa equipe juntos às Secretarias de Educação de Altamira, Brasil Novo, Anapu e Vitória do Xingu sugerem que haveria um inchaço de alunos nas áreas urbanas, enquanto escolas do meio rural estariam esvaziadas. Assim, mesmo que a oferta geral seja suficiente, o gargalo estaria na distribuição de vagas pelo território. O caso de Vitória do Xingu corrobora a tese, já que 11 novas escolas, todas na área rural, estão sem uso.

Para confirmar essa hipótese, seria preciso filtrar os dados da Norte Energia conforme o que é urbano e o que é rural. Mas as secretarias relatam não ter conhecimento sobre o resultado das análises de suficiência realizadas, assim como da possibilidade de reuniões semestrais de avaliação conjunta das políticas e projetos em curso.

Relatos como esses sugerem baixa articulação entre os principais agentes responsáveis pelo cumprimento adequado das condicionantes, empreendedor e poder público. Maior e contínua integração pode ajudar a evitar eventuais erros de planejamento e desperdício de recursos e, acima de tudo, colaborar para um serviço público de qualidade.



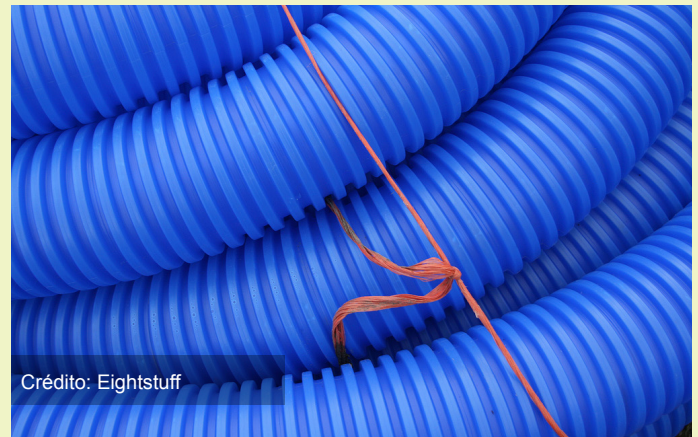
Crédito: Eightstuff

## Saneamento: da ligação à gestão

Quem vive ou trabalha em Altamira e adjacências já deve conhecer o dilema das ligações domiciliares à nova rede de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto. A condicionante 2.10 da Licença de Instalação (LI) da UHE Belo Monte estabelece que o empreendedor deve oferecer a infraestrutura de modo a garantir 100% de saneamento básico em Altamira e Vitória do Xingu.

A conclusão das obras, em Altamira, está prevista para o início de 2015. Mas não há definição sobre quem deve financiar e executar as ligações dos domicílios à rede, se o empreendedor (Norte Energia), o poder público ou ainda os próprios usuários. O Projeto Básico Ambiental (PBA), que define

as ações socioambientais do empreendimento, deixa margem à interpretação. O documento de referência diz que cabe ao empreendedor “implementar” o sistema e ao poder público municipal compete a “complementação” e a “operação”. Há quem diga que as conexões com os usuários estariam no âmbito da “complementação”, já outros entendem que “implementar” o sistema é entregá-lo completo, portanto com as ligações incluídas.



Crédito: Eightstuff

A incerteza é preocupante, já que desta última etapa depende a efetividade de todo o esforço empreendido até aqui. Mas a questão está inserida numa tarefa maior que é a gestão do sistema de saneamento.

Essa é uma das principais mensagens do nosso primeiro “[Mapa do Caminho](#)”, uma análise aprofundada que lançaremos periodicamente sobre alguns dos aspectos mais intrincados, relevantes ou urgentes do processo de inserção de Belo Monte no território do Xingu. Esta primeira edição traz os detalhes da situação atual do saneamento em Altamira, referências de legislação e do licenciamento ambiental, experiências correlatas em outras partes do país e muito mais. O documento na íntegra está disponível em [indicadoresdebelomonte.com.br](http://indicadoresdebelomonte.com.br).

## Resumo da ópera

É no campo da gestão que se define como prestar os serviços, como operacionalizar os equipamentos, de quais competências e recursos humanos se precisa, quais os custos e a capacidade de novos investimentos, a política tarifária, entre outros. Todos esses elementos são interdependentes. Se a responsabilidade sobre as ligações recair sobre o poder público, por exemplo, é diante de um consistente plano de gestão que se poderá traçar a melhor forma de viabilizá-las, sobretudo nas localidades de baixa renda.

Se, ao contrário, o serviço for executado ou custeado pelo empreendedor, a inexistência de um desenho de gestão privaria a população do acesso a informações fundamentais. Para autorizar a obra dentro de sua própria casa ou local de trabalho, é muito provável que o cidadão demande esclarecimentos mínimos, tais como: quem será o responsável pela prestação do serviço? Quais são os parâmetros de qualidade? Quais despesas incidirão sobre o imóvel?

Até o momento, não se tem definido quem será o operador do sistema. Data de 2011 um Convênio de Cooperação Federativa entre o município de Altamira e o governo do estado, que daria à Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) a competência para prestar o serviço. Entretanto, A Lei de Saneamento estabelece que a cooperação precisa de um desdobramento, na forma de um contrato. Este, por sua vez, só tem validade se acompanhado de plano de saneamento básico, estudo técnico-econômico, plano de investimento, normas de regulação, entre outros requisitos. Em Altamira, todas essas são tarefas ainda por fazer.

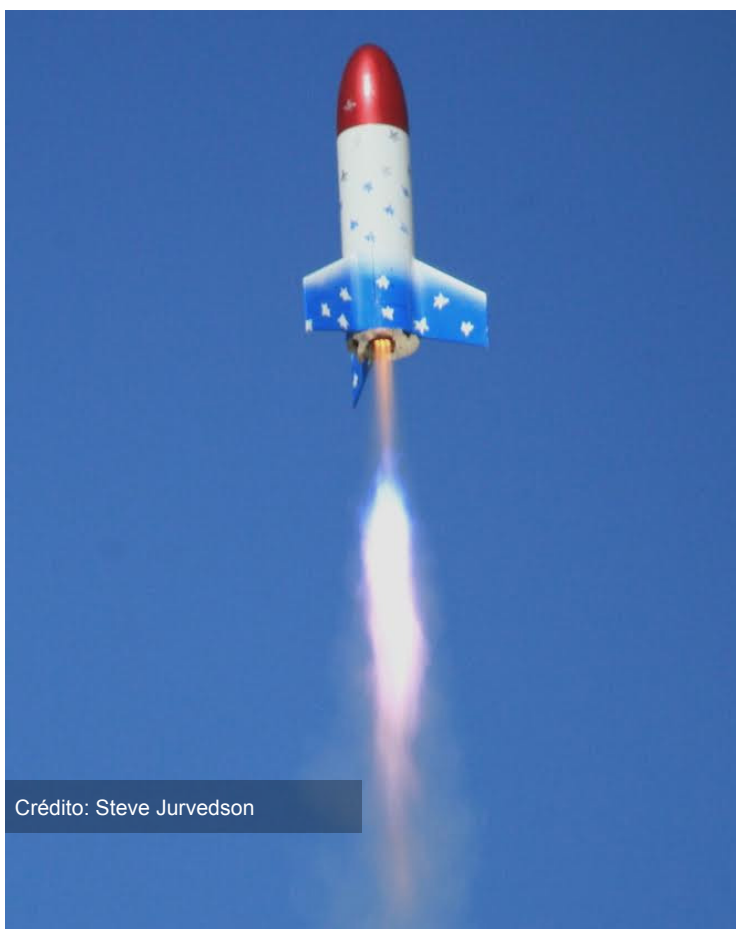
A possível exceção é o Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado pela Norte Energia e entregue à prefeitura em abril. Segundo a municipalidade, entretanto, o documento diz respeito

apenas aos serviços de água e esgoto e um plano integrado de saneamento – que inclui drenagem urbana e resíduos sólidos – ainda estaria sendo formulado pelo próprio poder público. Na prática, a possibilidade de a prefeitura assumir diretamente a prestação do serviço ou delegá-lo a outro operador, mesmo que privado, não está descartada.

Para o projeto *Indicadores de Belo Monte*, as questões relativas à gestão representam um dos mais importantes desafios nesta fase em que Altamira estaria prestes a universalizar o acesso ao saneamento básico, um passo tão significativo para a saúde e a dignidade das pessoas.

Tão importante quanto planejar a operação do sistema, contudo, é trazer a população para o debate. Um último e incontestável gargalo reside no fato de que é o cidadão quem decidirá ligar-se ou não à rede, conforme aquilo que lhe faça mais sentido. Usuários do sistema também têm seus motivos, saberes e modos de vida, os quais nem sempre estarão alinhados com o que se planeja para o território no nível das instituições. Promover a discussão sobre os benefícios do saneamento, e com isso entender o contexto sociocultural em que a novidade se insere, é uma estratégia que merece especial atenção.

## Está dada a largada



Crédito: Steve Jurvedson

O projeto *Indicadores de Belo Monte* chega uma importante etapa que é a conclusão da primeira versão das matrizes de indicadores. Foram seis meses de trabalho, quase 60 reuniões e mais de 120 documentos analisados para chegarmos aos quadros que organizam quais são os aspectos mais importantes para estudar o cumprimento de algumas condicionantes da UHE Belo Monte e a conexão com o estado de desenvolvimento do território.

Essa é a base que organiza todo o processo de monitoramento nos temas educação, saúde, reassentamentos agrários, fiscalização ambiental, saneamento básico, controle da malária, além das questões indígenas ligadas à regularização fundiária, saúde, educação, proteção das terras e participação social.

No site [www.indicadoresdebelomonte.com.br](http://www.indicadoresdebelomonte.com.br) disponibilizamos as matrizes e o detalhamento da metodologia que lhes deu origem. O trabalho até aqui já é resultado de construção coletiva, mas nós queremos ouvir ainda mais gente que vive, trabalha e estuda a região.

O contato está aberto pelo email [indicadoresdebelomonte@fgv.br](mailto:indicadoresdebelomonte@fgv.br).

Este boletim é um produto do projeto Indicadores de Belo Monte, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes da UHE Belo Monte do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). Com duração de 18 meses, o projeto dedica-se a monitorar a eficácia e a satisfação social de um conjunto de condicionantes do licenciamento ambiental de Belo Monte, nos seguintes temas: Saneamento Básico; Saúde; Educação; Regularização Fundiária, Saúde e Educação Indígenas; Fiscalização Ambiental.

Saiba mais em [indicadoresdebelomonte.com.br](http://indicadoresdebelomonte.com.br)

Contato: [indicadoresdebelomonte@fgv.br](mailto:indicadoresdebelomonte@fgv.br)